

Ajuda Memória  
(MINUTA)

**OFICINA**  
**CENÁRIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE III**  
**PROGRAMA ARPA**

Data: 25 de novembro  
Local: NAOUM Plaza Hotel

**Sumário**

Introdução .....	2
Objetivo da oficina .....	2
PARTICIPANTES.....	2
AGENDA DA OFICINA.....	3
RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	3
Apresentação dos participantes e Expectativas (condução da equipe de moderação) .....	3
Boas vindas.....	3
Iniciativa Arpa para Vida .....	4
Fase III.....	4
Comitê do Fundo Transição.....	4
Dinâmica para o levantamento das informações .....	4
1. Técnico (Gestão e Monitoramento).....	5
2. Financeiro (orçamento, mecanismos/instrumentos financeiros, parceiros).....	6
3. Gerencial (equipe, capacidade de execução, etc).....	6
4. Político.....	7
Resultados .....	7
Avaliação e Encaminhamentos .....	13
ANEXOS .....	14
Anexo I. Lista de Participantes .....	14
Anexo II. Apresentação MMA (Thiago Barros).....	15
Anexo III. Apresentação Funbio (Manuela Muanis).....	15
Anexo IV. Registro da visualização em targetas.....	15
Anexo V. Registro Fotográfico.....	15

## INTRODUÇÃO

---

Nos últimos dois anos o WWF-Brasil, Funbio, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundação Moore e Linden Trust Fund trabalharam juntos com intuito de discutir e propor um processo único de captação para garantir o aporte de recursos financeiros necessários ao funcionamento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), tal iniciativa, nominada “Compromisso com a Amazônia – Arpa para Vida” foi lançada em 2012, durante a Rio+20 e visava assegurar a manutenção no longo prazo e a proteção da biodiversidade e dos serviços ambientais da maior floresta tropical do mundo para a posteridade, representando 15% da Amazônia Brasileira ou 60 milhões de hectares.

O Memorando de Entendimento (MOU) documento que formaliza essa uma nova estratégia de financiamento para as UCs apoiadas pelo Programa foi assinado no dia 21 de maio de 2014, em Brasília (DF). O documento representa o início de nova fase do Programa e foi assinado pelo MMA, por representantes de parceiros e doadores do Programa Arpa, como: o ICMBio; o Ministério para a Cooperação e Desenvolvimento Alemão (BMZ); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB); o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); a Fundação Gordon e Betty Moore; o WWF-Brasil; o WWF-US; e o Global Environment Facility (GEF).

O MOU assegura a alocação de recursos financeiros para a gestão das UCs apoiadas pelo Programa Arpa (60 milhões de hectares), aliando a preservação e a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, por meio da criação de um Fundo de Transição, que receberá cerca de 215 milhões de dólares, e do aumento gradativo de aportes de recursos públicos.

Dentre os doadores destaca-se a Margaret A. Cargill Foundation, cujo apoio de U\$ 10 milhões tem por objetivo compor o Fundo de Transição (U\$ 8M) e permitir que a rede WWF acompanhe a implementação da Fase 3 do Programa Arpa (projeto MAC: *Conserving the Amazon: ARPA for Life*), pelos próximos 4 anos, bem como promova o suporte necessário ao cumprimento das condições de desembolso do FT pelo MMA, governos estaduais os atores locais. Neste projeto o WWF-Brasil tem por missão acompanhar a implementação da Fase III do Programa Arpa, pelos próximos 4 anos, bem como promover o suporte necessário ao cumprimento das condições de desembolso do FT pelo MMA, governos estaduais os atores locais.

## OBJETIVO DA OFICINA

---

Discutir e compartilhar os compromissos assumidos e as dúvidas a respeito da implementação da Fase III do Programa Realizar uma articulação junto as Secretarias de Meio Ambiente do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins no âmbito do projeto MAC/ARPA para:

- Identificar os gargalos e fortalezas para implementação da Fase III do Programa Arpa, considerando as demandas técnicas, gerenciais, políticas e financeiras dos Estados;
- Auxiliar por meio de instrumentos e linguagem o acesso às informações e entendimento dos compromissos, regras e ferramentas da Fase III.

## PARTICIPANTES

---

Estiveram presentes representantes de 6 dos 7 estados apoiados pelo Programa Arpa: Secretarias Estaduais de Meio Ambiente do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, e do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), além de representantes do Ministério do Meio Ambiente, WWF-Brasil e Funbio, num total de 24 participantes (Anexo I).

## AGENDA DA OFICINA

---

25/11 (MANHÃ)

Horário	Tópicos
8h40-9h00	<b>Boas Vindas, apresentações e agenda do dia</b> Marco Lentini/WWF-Brasil
9h00-9h30	<b>Iniciativa Arpa For Life e a Fase III</b> Marco Lentini/WWF-Brasil Sergio Collaço/DAP/MMA
9h30 – 10h30	<b>Comitê do Fundo de Transição CFT/ Compromissos assumidos e Relatorias</b>  Manuela Muanis/Secretaria do CFT/Funbio)
10h30-10h45	<b>Coffee Break</b>
10h45 – 12h15	<b>Dinâmica de levantamento das informações para construção dos cenários</b> (Eq. Moderação e Eq. Técnica)
12h30 – 13h45	<b>Almoço</b>

---

25/11 (TARDE)

Horário	Tópicos
13h45-15h30	<b>Dinâmica de levantamento das informações para construção dos cenários</b> (Moderadora e Eq. Técnica)
15h30 – 15h45	<b>Coffee Break</b>
15h45 – 16h40	<b>Análise dos resultados</b> (Eq. Moderação e Eq. Técnica)
16h40-18h00	<b>Debate e Recomendações</b>

---

## RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

---

### **Apresentação dos participantes e Expectativas** (condução da equipe de moderação)

- Melhor entendimento sobre a Fase III
- Criar um ambiente confortável para conversa e tirar dúvidas sobre o Programa
- Identificar os desafios estaduais
- Além de entender a fase II, identificar como a OEMA pode contribuir para a implementação do Programa
- Conhecer os interlocutores do Programa

### **Boas vindas**

Marco Lentini agradeceu presença e a dedicação de todos, destaca que o papel da oficina não é só ser um espaço de apresentação de informação, mas um espaço de debate, tirar dúvidas, tentar criar uma relação mais orgânica e entender o papel do estado na implementação do Programa Arpa.

## **Iniciativa Arpa para Vida**

Sergio Carvalho destacou que os Estados acompanharam em vários momentos o espaço de discussão sobre a Fase III (comitê do Programa, Fórum Técnico), mas que de fato os estados não participaram do processo de discussão e construção da Fase III, mais isso foi uma decisão estratégica para agilizar o processo de fechamento (condições de desembolso, condições de fechamento, projeção de custos,) com os doadores em um prazo de 1 ano. Esta oficina faz parte das atividades que tem a finalidade de compartilhar as informações sobre a Fase III do Programa.

## **Fase III**

O coordenador do Programa, Thiago Barros, destacou (Anexo II) que a Fase III diferencia-se da Fase II, por deixar a lógica de projeto e aderir a uma lógica de Programa. Nesta lógica foram priorizados:

- O apoio a **Criação – Consolidação – Manutenção** (Portaria MMA 187/2014)
- Uma **estratégia de sustentabilidade financeira** - MOU, assinado em maio/2014
  - Captação de **U\$ 215 milhões**
  - **Modelo de custo** de longo prazo (60 milhões de hectares)
  - Cria **um Fundo de Transição** (que incorpora os recursos do FAP)
  - Cria uma nova instância de governança – **Comitê do Fundo de Transição**
  - **Compromissos assumidos** para o desembolso - Condições de desembolso

A agenda foi construída para compartilhar os compromissos assumidos no âmbito da Fase III e tentar verificar quais são os gargalos dos Estados para o cumprimento destes compromissos.

Parte destes compromissos depende de uma articulação política entre o governo Federal e os estados, e esse movimento terá início em 2015, em função das mudanças que ocorrem com as mudanças oriundas das eleições 2014.

**Comentários:** Gino, destacou que parte dos comentários sobre a Fase III são sobre a sustentabilidade financeira, modelo de custos, mas outros temas importantes como: qualidade ambiental (monitoramento), efetividade; e que é importante que todos tem um compromisso claro em termos de conservação e dos benefícios sócias e econômicos. Sergio Carvalho destacou que a construção dos compromissos assumidos para a Fase III prioriza também o monitoramento da gestão e do impacto de conservação.

## **Comitê do Fundo Transição**

Manuela Muanis compartilha as informações sobre o Fundo de Transição (Anexo III) e a demanda de relatorias, com destaque para o número de relatórios, sua periodicidade, bem como as responsabilidades do Comitê do Fundo de Transição. Outros aspectos destacados:

- Gestor de Ativos (Funbio)
- Política de investimento
- Regimento Interno
- Dimensões de monitoramento: gestão, financeira, impacto

## **Dinâmica para o levantamento das informações**

Para o levantamento das informações o grupo de participantes foi dividido em 6 grupos menores, representando os estados presentes: Pará, Mato Grosso, Acre, Amazonas, Tocantins e Rondônia.

Foi compartilhado entre os grupos as questões chaves (Quadro 01 abaixo) e a forma de sistematização (visualização em targetas com cores diferenciadas para cada Estado).

## Quadro 01. Questões Chaves

### 1.Técnico (Gestão e Monitoramento)

**Contexto do tema:** Todas as UCs apoiadas pelo Programa Arpa devem estar consolidadas (Grau I ou Grau II) até 2020. Cada OG, além do ICMBio, deverá desenvolver e seguir um plano de consolidação plurianual até 2020. Este plano deve incluir metas por UC para cada marco referencial. O Plano de Consolidação deve ser aprovado pela Secretaria de Meio Ambiente ou pela unidade gestora de UCs de cada estado.

Em relação aos Marcos Referenciais (MRs) para consolidação Grau I/II:

**1.1. Divida os MRs em dois grupos: (i) MRs que são referência de sucesso de alcance e (ii) os MRs com dificuldade de alcance**

**1.2. Identifique os fatores (pelo menos 3) que contribuem o sucesso e os fatores que não contribuem para o avanço dos MRs (consultar Quadro - Fatores Contribuintes)**

**1.3. O modelo de gestão adotado pelo Arpa (Consolidação Grau I/II e Marcos referenciais) encontra reciprocidade no modelo estadual?**

**1.4. Para o monitoramento do alcance dos marcos que ferramentas ou estratégias são adotadas pelo Estado (Ucs Estaduais)**

#### Quadro - Fatores contribuintes

Tipo de Fator	Detalhamento do Fator
Insumos	Equipe Recursos financeiros Infraestrutura e equipamentos
Gestão	Instrumento de gestão e planejamento Conselho Gestão integrada - coordenada
Contexto	Apoio da comunidade local (dentro e entorno da UC) Parceria Situação Fundiária Pressão/ameaça
Gerencial	Ferramentas de planejamento Sistema de solicitações Sistema de Prestação de Contas Fornecedores Especificações

## 2. Financeiro (orçamento, mecanismos/instrumentos financeiros, parceiros)

### 2.1. Quais são as possíveis fontes de recursos para criação, consolidação e manutenção das UCs estaduais?

- Classes orientadoras:
  - Orçamento público (Fundo Estadual de Florestas, Fundo especial de meio ambiente, Concessão florestal, Visitação, Multas)
  - Cooperação Internacional
  - Doações privadas
  - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD
  - Pagamentos por serviços ambientais (Dispositivos da Lei do SNUC, Dispositivos da Lei Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais, Dispositivos da Lei de Acesso aos Recursos Genéricos)
  - Compensação ambiental
  - Outras Iniciativas

### 2.2. Para cada fonte identificada, qualifique quanto a sua disponibilidade atual.

Verde (fonte já utilizada pelo estado)

Amarelo ( fonte em estado avançado de discussão)

Vermelho (fonte potencial, nenhuma ação para sua efetiva utilização foi iniciada)

### 2.2. Existe algum planejamento financeiro (projeção dos custos) para criação, consolidação e manutenção das UCs estaduais?

### 2.3 Como a contrapartida estadual (não salarial) pode ser externalizada? Por UC? Por marco referencial? Quais as adequações necessária para a consolidação da contrapartida do estado por Marco Referencial?

## 3. Gerencial (equipe, capacidade de execução, etc)

**Contexto do tema:** Os planos de consolidação devem ser consistentes com as metas globais de consolidação do ARPA , ou seja, compatíveis com a meta de 60M ha total-ARPA em 2020, e com as metas de pessoal (equipe por UC).

### 3.1. Qual a natureza do vínculo dos profissionais ligados às UCs Estaduais?

- Permanente
- Terceirizado
- Cessão (outros órgãos públicos)
- Cargos de Confiança
- Parcerias
- Estagiários

### 3.2. Qual o grau de dependência do sistema estadual e das UCs apoiadas pelo Arpa de cada tipo de vínculo? Use as etiquetas adesivas para qualificar cada tipo de vínculo.

Alto (vermelho)

Mediano (amarelo)

Baixo (verde)

### 3.3. Qual a capacidade de execução (quantidade e perfil) dos profissionais ligados às UCs na OEMA?

Insatisfatório (vermelho)

Satisfatório (amarelo)

Alta (verde)

### 3.4. Que fatores contribuem (+ ou - ) para manutenção da capacidade de execução

#### 4. Político

##### 4.1. Qual o cenário atual em relação aos instrumentos legais e normas?

- Existe o instrumento que institui o Sistema estadual de UC ou de áreas protegidas?
- A criação, gestão e manutenção das UCs tem amparo em que normas estaduais?

##### 4.2. O que muda nas OEMAs a partir de 2015 na gestão das UC ? (ações prioritárias, temas ou abordagens, definição de novas estruturas, equipe, etc.)

##### 4.3. Que inovações ou iniciativas são esperadas/implementadas a partir de 2015?

## Resultados

Como resultado foi possível identificar para cada um dos temas abordados os principais desafios, comuns, a maioria dos estados presentes:

- Monitoramento da conservação (biodiversidade e socioeconômico)
- Incremento de fontes e recursos estaduais para gestão das UCs
- Estabelecimento de mecanismos/ferramentas para melhorar o monitoramento financeiro dos recursos governamentais;
- Vínculo efetivo dos profissionais ligados às UCs estaduais.

## Cenário Técnico

### Consolidação de Marcos Referenciais

Dentre os MRs com maior facilidade de alcance destacam-se: Formação do conselho e Plano de Manejo. Em relação ao conjunto dos estados os MRs mais críticos são Monitoramento, Pesquisa/Inventário, Proteção e Termos de Compromisso ou CDRUs (Figura 01)

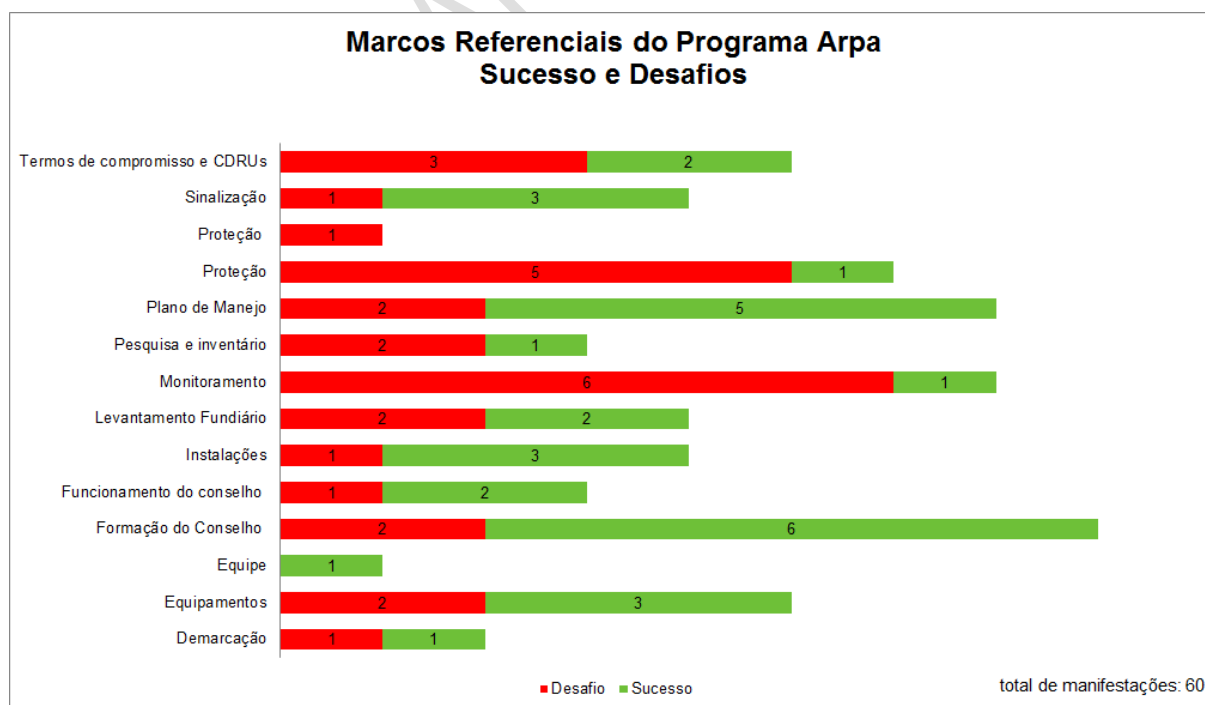


Figura 1. Análise do nível de dificuldade para o alcance dos MRs do Programa Arpa

Ao investigar os fatores que mais impactam os MRs Monitoramento, Pesquisa/Inventário e Proteção destacaram-se fatores relacionados a gestão (instrumentos e diretrizes) e contexto (situação fundiária, pressão, ameaça) e para os MRs de Plano de Manejo e Conselho, destacaram-se insumos, contexto e gestão (respectivamente Figuras 2 e 3)

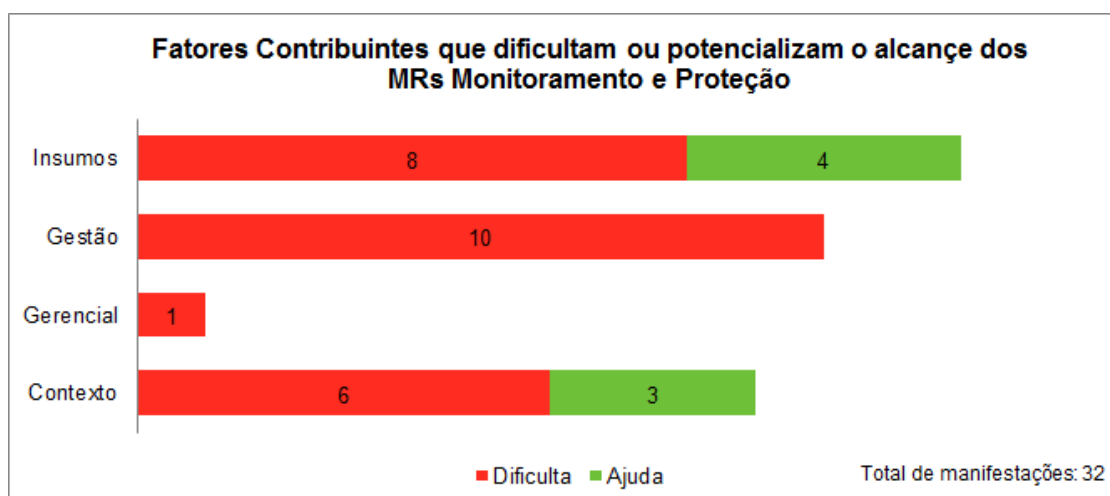


Figura 2. Fatores que dificultam o alcance dos MRs Monitoramento, Proteção, Pesquisa e Inventário.

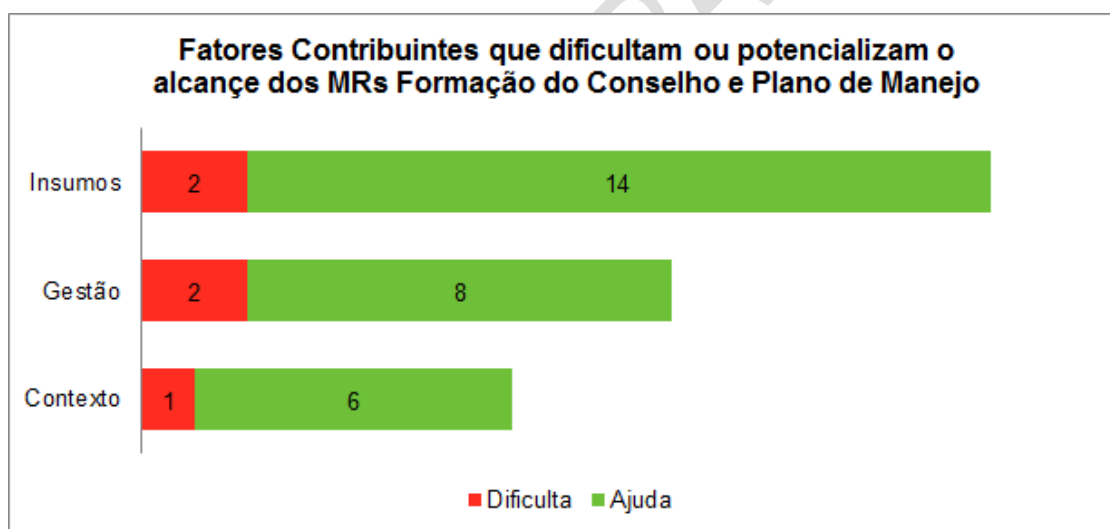


Figura 3. Fatores que dificultam o alcance dos MRs Formação do Conselho e Plano de Manejo.

Ao observar o conjunto de fatores contribuintes<sup>1</sup> que auxiliam para potencializar ou dificultar o alcance dos marcos (MRs), os insumos (recursos financeiros, equipamentos e equipe) respondem por

<sup>1</sup> Quadro 4

Tipo de Fator	Detalhamento do Fator
<b>Insumos</b>	Equipe, Recursos financeiros, Infraestrutura e equipamentos
<b>Gestão</b>	Instrumento de gestão e planejamento, Conselho, Gestão integrada - coordenada
<b>Contexto</b>	Apoio da comunidade local (dentro e entorno da UC), Parceria, Situação Fundiária, Pressão/ameaça
<b>Gerencial</b>	Ferramentas de planejamento, Sistema de solicitações, Sistema de Prestação de Contas, Fornecedores, Especificações



60% das manifestações positivas e o contexto (situação fundiária, apoio do entorno, parceiros) respondem por 36% das manifestações negativas.

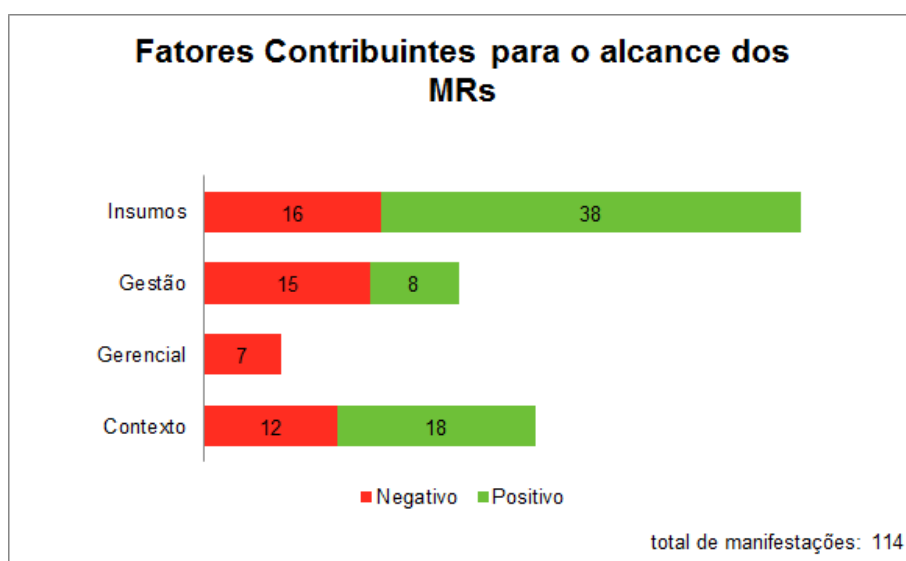


Figura 4. Análise dos fatores contribuintes para o alcance dos MRs

#### Monitoramento

Uma breve investigação sobre as ferramentas de monitoramento mostrou a ausência de ferramentas específicas para o monitoramento da gestão (com exceção dos estados do AM e Acre) e ausência de diretrizes para o monitoramento da biodiversidade. A FAUC (Ferramenta de Avaliação da efetividade das UCs do Arpa) é uma ferramenta aplicada as UCs apoiadas pelo Arpa, mas as demais UC estaduais não possuem monitoramento sistematizado da gestão. Dentre as ferramentas aplicadas para o conjunto de UCs Estaduais podemos citar: RAPPAM (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso<sup>2</sup>) e a auditoria do Tribunal de Contas da União realizada em 2012 e 2013 em parceria com nove tribunais de contas estaduais da região Norte.

<sup>2</sup> WWF-Brasil & Programa Áreas Protegidas da Amazônia. *Efetividade de Gestão - Programa Áreas Protegidas da Amazônia*. 2012 39 (WWF- Brasil, 2012).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado de Mato Grosso*. 70 (2009).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA), Secretaria de Estado de Florestas do Acre (SEF) & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação do Estado do Acre*. 69 (2009).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá (SEMA), Instituto Estadual de Florestas do Amapá & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado do Amapá*. 55 (2009).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado do Pará*. 64 (2011).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da C. e T. (Semac) & Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Estaduais do Mato Grosso do Sul*. 66 (2011).

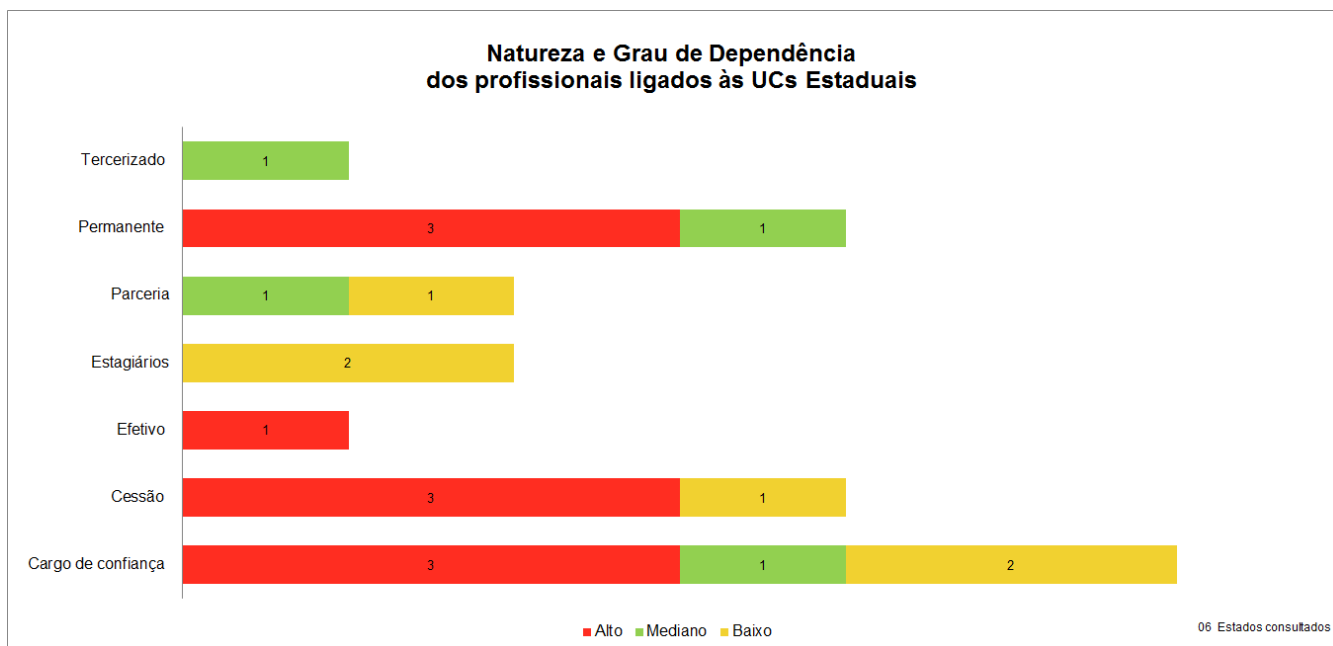
WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado de Rondônia*. 29 (2011).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) & ICMBio. *Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas*. 72 (2011).

A reciprocidade do modelo de gestão de UCs do Programa Arpa foi evidenciados pelos representantes dos 6 estados, sendo que no Acre essa reciprocidade é mais forte para as categorias Parque Estadual, APA e ARIE (sob a Gestão SEMA) e menos forte: para florestas estaduais (Gestão para produção florestal SEDENS).

### Cenário Gerencial

Em relação ao cenário gerencial foi investigado sobre a natureza do vínculo dos profissionais diretamente ligados as UCs e o grau de dependência, foi evidenciada a fragilidade da manutenção das equipes em alguns estados, frente a dependência de profissionais com vínculo temporário, como cessão e cargos de confiança (Figuras 5 e 6)



**Figura 5. Natureza do vínculo dos profissionais ligados às UCs**



Figura 6. Natureza do vínculo dos profissionais ligados às UCs por Estado

## Cenário Financeiro

Foi possível investigar sobre as possíveis fontes de recursos para criação, consolidação e manutenção das UCs estaduais o estado atual de utilização (quadro 5) e se existia algum planejamento financeiro, sobre este último, com exceção do estado do Acre (Parceria WWF/Funbio), nenhum estado possui projeção de custos e receitas para gestão e implementação de unidades de conservação. Tocantins possui um planejamento de execução para os recursos da compensação ambiental, Rondônia - iniciativas de planejamento \$ para apresentação projetos e o estado do Amazonas – planejamento estratégico.

As dificuldades para externalizar as contrapartidas estadual por Marco Referencial são compartilhadas pelos estados presentes, com exceção do Pará – único estado a manifestar que a possibilidade de apresentar a contrapartida por MR no curto prazo. Para os demais a prestação de contas por UC e por insumo é possível, e a prestação por MR pressupõe a necessidade de adequar os atuais sistema de controle e prestação de contas.

**Quadro 5. Fontes de Recursos X Disponibilidade**

OEMAS	FONTE JÁ UTILIZADA PELO ESTADO	FONTE EM ESTADO AVANÇADO DE DISCUSSÃO	FONTE POTENCIAL, NENHUMA AÇÃO PARA SUA EFETIVA UTILIZAÇÃO FOI INICIADA
TOCANTINS	Compensação; Orçamento público; Uso de imagem; Recurso financeiro para criação: ARPA		
PARÁ	Compensação ambiental; IPHAN; Fundo estadual do meio ambiente	Pará Rural Fundo Amazônia	
MATO GROSSO	Compensação ambiental; Orçamento Público	Fundo Amazônia	
AMAZONAS	Cooperação internacional; Compensação ambiental; Orçamento público		
RONDONIA	Orçamento público: PPA e FEPRAM; Compensação ambiental: Via empreendedor; Fundo Amazônia (36 Ucs não ARPA); Cooperação internacional / D. Privadas e Programa ARPA; Outras iniciativas: Exploração florestal (Resex); Conv. Eletrobrás, Cogestão	Compensação ambiental: Fundo, Via Ucs Federais; Outras iniciativas: Cogestão	Orçamento público: Fundo de uso público
ACRE	Cooperação internacional: GIZ, WWF, BID - Fes; Orçamento público: Salários	Projetos REDD: Carbono e Extrativismo; Orçamento público: Fundos	Compensação ambiental: Obras, Mineração; Projetos REDD: Água; Orçamento público: Concessão florestal

## Cenário Político

Em relação ao cenário político, destacaram-se:

- a previsão de sanção governamental do Projeto de Lei (PL) que apresenta a proposta de criação do Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Pará (Ibap), para reforçar a política de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas.
- a possibilidade de criação de um Instituto estadual de Unidades de Conservação no estado de Rondônia.
- no Estados do MT o cenário político ainda é incerto, seja em relação a manutenção das equipes diretamente vinculadas a gestão das UCs seja em relação a prioridades de temas ou inovações. Cenário semelhante foi destacado para o AM, mas com a perspectiva de um enfoque nos benefícios sociais da gestão das UC. O estado do TO espera uma continuidade de ações em relação ao Programa Arpa, amparado na Portaria NATURATINS Nº 207, de 8 de Outubro de 2014 que dispõe sobre as competências setoriais do NATURATINS na coordenação e execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - Programa ARPA no estado do Tocantins.

### **Avaliação e Encaminhamentos**

O grupo manifestou a satisfação com o desenvolvimento das atividades propostas, destacou o sucesso no atendimento das expectativas de maiores esclarecimentos sobre a Fase III do Arpa, com a quantidade de informação gerada sobre cada estado, bem como recomendou a manutenção de espaços de interação e atualização de informações com os estados favorecendo a troca de experiências e aprendizado entre os estados. O estado de Tocantins disponibilizou a infraestrutura do Parque Estadual do Cantão para a próxima iniciativa com os estados

# ANEXOS

## Anexo I. Lista de Participantes

**OFICINA  
CENÁRIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE III  
PROGRAMA ARPA**

Data: 25 de novembro (manhã)  
Local: NAOUM Plaza Hotel -SHS Qd. 05 Bl. "H" Brasília - DF CEP: 70.322-912

N	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
1.	MANUELA MUANIS	FUNBIO	
2.	DANIELLE CALLANDINO	FUNBIO	
3.	NATHALIA DREYER	FUNBIO	
4.	NILZA VERÔNICA AMARAL	NATURANTINS TO	
5.	GINO OLIVEIRA	NATURANTINS TO	
6.	MARCIA MARTINS LINS	SDS AMAZONAS	
7.	GILMAR SOUZA	SDS AMAZONAS	
8.	LUIS CLAUDIO FERNANDES	SEDAM/RO	
9.	JUCILEY GOMES	SEDAM/RO	
10.	JORGE LOURENÇO DA SILVA	SEDAM/RO	
11.	MARILENE BRAZIL	SEMA ACRE	
12.	RUBENS OLIVEIRA	SEMA PARÁ	
13.	IVELISE FIOCK	SEMA PARÁ	
14.	PAULA ANDRADE	SEMA MT	
15.	JUSSARA SOUZA OLIVEIRA	SEMA MT	
16.	SIMONI ZIOBER	SEMA MT	
17.	SERGIO COLLAÇO	MMA	
18.	THIAGO BARROS	MMA	
19.	RENATA GATTI	MMA	
20.	MOACYR SILVA	WWF-BRASIL	
21.	SAMUEL TARARAN	WWF-BRASIL	
22.	MARCELO OLIVEIRA	WWF-BRASIL	
23.	DANIELA SILVA	WWF-BRASIL	
24.	MARCO LENTINI	WWF-BRASIL	
25.	OSVALDO BARASSI	WWF-BRASIL	
26.		ICMBIO	
27.	Frederico S. Brandão	WWF-Brasil	
28.			
29.			
30.			

**Anexo II. Apresentação MMA (Thiago Barros)**

**Anexo III. Apresentação Funbio (Manuela Muanis)**

<https://www.hightail.com/download/UIRUeEVIZ2pqY3FFQk1UQw>

**Anexo IV. Registro da visualização em targetas**

<https://www.hightail.com/download/UIRUeEVIZ2poMlhMYnRVag>

**Anexo V. Registro Fotográfico**

<https://www.hightail.com/download/UIRUeEVIUzdlcWVwSHNUQw>

*Links disponíveis até 19/12/2014*

DRAFT DRAFT